



ATA DA 1ª (Primeira) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um, sob a Presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e sete minutos. Foi executado o Hino do Município de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pelo Senhor Vereador Thiago Oliveira Malagoli. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Alexandre Vitor Castro da Cruz (Prof.); Carlos Alberto Silva (Carlão); Eliane Ferreira Nunes; Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita); José Roberto dos Santos (Salitre); Leandro Máximo Caixeta; Natanael Oliveira Diniz; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Odirlei José de Magalhães; Adriana Fátima de Paula; Raquel Aparecida Rezende Moraes; Ricardo Antoni Rodrigues; Roberto Margari de Souza e Thiago Oliveira Malagoli. A Ata da 40ª (Quadragésima) Reunião Ordinária da 1ª (Primeira) Sessão Legislativa da Legislatura 2021/2024 foi aprovada por unanimidade. O Sr. Líder de Governo, Ricardo Antoni "Balila" pediu o uso da palavra, solicitando que fosse votado em Regime de Urgência o Processo de Lei de nº365/2021, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, 14 votos.

Apresentação SEM DISCUSSÃO de proposições e encaminhamento às Comissões permanentes para emissão de parecer: VETO total à Proposição de Lei Complementar nº 08/2021 (PCLC nº 11/2021) – Altera e acrescenta dispositivos na Lei complementar nº 50 de 18 de dezembro de 2008 (autor: Mesa Diretora); Processo de Lei nº 345/2021– Concede revisão geral anual sobre a remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio/MG (autor: Mesa Diretora) – com emenda Processo de Lei nº 346/2021– Concede revisão geral anual sobre o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio/MG (autor: Mesa Diretora) – com emenda; Processo de Lei nº 347/2021– Denomina de Salvador Nunes da Silva, (Caixeta) – o espaço público que especifica e dá outras providências (autora: Vereadora Eliane Nunes); Processo de Lei nº 348/2021– Cria o programa especial de reforço escolar aos alunos matriculados nas unidades municipais de ensino, no âmbito do município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Thiago Malagoli); Processo de Lei nº 349/2021– Implanta a política antirracista nos estabelecimentos comerciais na realização de formações aos empregados em Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz); Processo de Lei nº 350/2021– Denomina de "Rafael Sebastião dos Reis" o espaço fitness do Centro de Esportes Gaspar Francisco Félix. (autor: Ver. Leandro Caixeta); Processo de Lei nº 351/2021– Fica autorizado instituir a Semana Municipal de Conscientização, prevenção e combate a pratica de queimadas urbanas e rurais e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila); Processo de Lei nº 352/2021– Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que possuem estacionamento de

sinalizarem com placas orientando os motoristas a não esquecerem crianças dentro do veículo. (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 353/2021**– Dispõe sobre a criação e desenvolvimento de um curso pré-vestibular, assim como preparatório para concursos públicos e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 354/2021** - Institui inclusão da educação ambiental humanitária em bem-estar animal no projeto político pedagógico das unidades escolares do município de Patrocínio/MG e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 355/2021** – Denomina de Alcina de Castro Ribeiro o logradouro público, na Praça Honorato Borges. (autora: Vereadora Eliane Nunes); **Processo de Lei nº 356/2021** – Dispõe sobre a criação da farmácia veterinária popular no município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 357/2021** – Autoriza a criação da Casa dos Conselhos no município de Patrocínio-MG e dá outras providências. (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 358/2021** – Denomina de “Maria Margarida de Oliveira” a cantina da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio. (autora: Ver. Adriana de Paula); **Processo de Lei nº 359/2021** – Denomina de “Aparecido Augusto de Souza - Cidão” a oficina da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio. (autora: Ver. Adriana de Paula); **Processo de Lei nº 360/2021 (54/2021)** – Concede vale cestas básicas (cartões) ao funcionalismo público municipal e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 361/2021 (55/2021)** – Concede reajuste na remuneração dos servidores municipais e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 362/2021 (52/2021)** – Dispõe sobre a autorização de dispensa de chamamento público para conceder subvenção à instituição HJ VIVER – de apoio às pessoas com câncer – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 363/2021 (56/2021)** – Autoriza rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, entre os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino do Município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 364/2021** – concede auxílio-alimentação aos servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio (autor: Mesa Diretora); **Processo de Lei nº 365/2021**– Denomina de Maria Abadia de Paula o complexo esportivo construído na Praça Honorico Alves Nunes localizada na Av. Jacinto Barbosa com a Av. João Alves do Nascimento, no Município de Patrocínio (autor: Ver. Ricardo Balila). **Ordem do Dia - 2ª (SEGUNDA) VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL - Processo de Lei Complementar nº 13/2021 (PCLC 08/2021)** – Altera a tabela 2 anexo V da Lei complementar nº 132 de 10 de dezembro de 2014 que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal) – A votação foi Nominal e unânime, obtendo 14 votos favoráveis. Votaram favoráveis os Srs. Vers.



Adriana de Paula, Professor Alexandre Vitor, Carlos Alberto, Eliane Nunes, Francisca Carneiro, José Roberto, Leandro Caixeta, Professor Natanael, Odirlei Magalhães, Paulo Roberto, Raquel Rezende, Ricardo Antoni, Roberto Margari e Thiago Malagol. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** disse as razões que o fizeram votar favorável, dizendo que este projeto beneficiará às pessoas que esperam a anos para construir na avenida em questão. Disse que alguns desses moradores foram prejudicados, disse que acha que estes deveriam entrar com um processo contra a Prefeitura para que pudessem ser indenizados. Disse se tratar de um projeto que propicia o crescimento da cidade de Patrocínio. O **Sr. Ver. Roberto Margari** também justificou o seu voto. Disse que este projeto está sendo conduzido através de estudos técnicos, e que este visa regulamentar a área, propiciando melhorias. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** disse que a construção do CRAS nesta avenida foi irregular, que agora o mesmo está sendo regulamentado e beneficiará o povo. Disse que o Plano Diretor mudou, mas que não quiseram corrigir a distância legal, e decidiram regulamentar através desse Processo de Lei; **Processo de Lei nº 216/2021** – Dispõe sobre a valorização e participação de artistas locais em eventos públicos no âmbito do Município de Patrocínio (autora: Vereadora Eliane Nunes) - Aprovado por unanimidade, 14 votos favoráveis; **Processo de Lei nº 223/2021** – Dispõe sobre a implantação do programa de incentivo à prática de atividades físicas para as pessoas idosas no âmbito do Município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Ver. Thiago Malagoli) – com emendas - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto; **Processo de Lei nº 226/2021** – Institui a política de prevenção e combate ao câncer de Ovário no Município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Prof. Natanael Diniz) - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto . O **Sr. Ver. Natanael Diniz** citou dados estatísticos que corroboram com a necessidade desse projeto; **Processo de Lei nº 257/2021** – Institui o Dia Municipal do Motoboy, a ser comemorado anualmente na data de 27 de julho, no âmbito do Município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Thiago Malagoli) - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto; **Processo de Lei nº 260/2021** – Institui o “Programa Municipal Domingo do Esporte, Lazer e Cultura”, no âmbito do Município de Patrocínio (autor: Ver. Ricardo Balila) - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto; **Processo de Lei nº 301/2021** – Denomina de Natal Cândido Alves, a sala de espera dos pacientes em tratamento para a cidade de Barretos (autora: Vereadora Eliane Nunes) - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto; **Substitutivo ao Processo de Lei nº 309/2021** – Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas municipais de Patrocínio. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz) - Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando

ausente o Sr. Ver. Paulo Roberto. O **Sr. Ver. Natanael Diniz** justificou seu voto, disse que foi procurado por alguns gestores. Disse que o Brasil é líder em casos de violência. Agradeceu ao Jurídico da Câmara Municipal de Patrocínio que o informou que deveria ser retirado do projeto as escolas particulares, mas disse que crê que elas também serão parceiras, caso o Prefeito sancione a Lei. Disse que é também dever do Estado zelar pela segurança dos professores em sua esfera. Disse da função do Professor, que ele está lá para trabalhar e não ser agredido. **Processo de Lei nº 316/2021** – Denomina de “Andrezina de Souza Ferreira”, uma das quadras de Futevôlei do Centro Esportivo anexo ao Estádio Gaspar Francisco Félix, bairro dona Diva em Patrocínio. (autor: Ver. Leandro Caixeta) - Aprovado por unanimidade, 12 votos favoráveis, estando ausentes os Srs. Vers. Paulo Roberto e José Roberto; **Processo de Lei nº 317/2021** – Denomina de “Francisco Máximo Ferreira”, uma das quadras de Futevôlei do Centro de Esportes Gaspar Francisco Félix. (autor: Ver. Leandro Caixeta)- Aprovado por unanimidade, 12 votos favoráveis, estando ausentes os Srs. Vers. Paulo Roberto e José Roberto; **Processo de Lei nº 318/2021** – Denomina de “Theodoro Pereira de Magalhães” a quadra de peteca do Centro de Esportes Gaspar Francisco Félix. (autor: Ver. Leandro Caixeta) - Aprovado por unanimidade, 12 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. José Roberto; **Processo de Lei nº 324/2021** – Denomina de “Elza Maria Ferreira” a quadra de futsal do Centro de Esportes Gaspar Francisco Félix. (autor: Ver. Leandro Caixeta)- Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. José Roberto; **Processo de Lei nº 325/2021** – Denomina de “Ederson Bruno de Oliveira Fernandes (Dedé)” o estacionamento do Centro de Esportes Gaspar Francisco Félix. (autor: Ver. Leandro Caixeta)- Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. José Roberto ; **Processo de Lei nº 331/2021** – Institui a Semana de Incentivo e Valorização do Comércio local no âmbito do Município de Patrocínio-MG (autor: Ver. Leandro Caixeta) Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, estando ausente o Sr. Ver. José Roberto. O **Sr. Ver. Leandro Caixeta** agradeceu os Pares da Casa pela aprovação, disse esperar que o Prefeito sancione. Disse das dificuldades que passa o comércio com a pandemia. Pediu ao Sr. Prefeito que possa ser implementado também, dentro do Município, o Juro Zero, a fim de favorecer estes comerciantes que estão passando dificuldades, e que o mesmo possa auxilia-los a alavancar o negócio; **Processo de Lei nº 332/2021** – Denomina de Valdir Barbosa “Sabão” a praça de esportes situada no setor 21, quadra 43 e lote 3000. (autor: Ver. Roberto Margari) - Aprovado por unanimidade, 14 votos favoráveis. **1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – Processo de Lei Complementar nº 14/2021 (PCLC 09/2021)** – Altera a Lei Complementar nº 61/2009 que “Institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos do Departamento de Água e Esgoto de Patrocínio – DAEPA, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPSEM e dos quadros setoriais da administração e da saúde do Poder



Executivo do Município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal). A Comissão de Legislação, Justiça e Redação apresentou **Emenda Substitutiva**. A Emenda foi votada e aprovada por Unanimidade por 13 Votos Favoráveis e 1 Voto contrário do Sr. Ver. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** pediu a palavra. Disse que o aumento dos vencimentos dos servidores do IPSEM não se tratava de recomposição, mas sim reajuste, onde o salário que era de R\$7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta reais) e agora vai para mais de dez mil e seiscentos reais. Indagou o motivo desse reajuste salarial, e disse que a imprensa deveria checar. Informou que no passado os salários desse órgão era da mesma monta que a dos Secretários do Executivo. Disse que no final do ano aumentaram o salário da Sra. Neuza Maria Ferreira, esposa do Sr. Vice-Prefeito Humberto Donizete Ferreira, e indagou se isso não se caracterizava nepotismo a mesma trabalhar no IPSEM. Disse da celeuma em torno do aumento do reajuste dos vencimentos dos Vereadores, que há mais de 6 anos não se tem um aumento, que colocaram a população contra os Vereadores, mas que com seus órgãos, ninguém se pronuncia. Disse achar absurda estas recomposições para quem tem salários vultuosos, como Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário e cargos de primeiro escalão, todos estes ganhando mais que os Vereadores. A votação foi Nominal. Votaram favoráveis os Srs. Vers. Adriana de Paula, Carlos Alberto, Eliane Nunes, José Roberto, Leandro Caixeta, Natanael Diniz, Raquel Rezende, Ricardo Antoni e Roberto Margari. Votaram contrários os Srs. Vers. Alexandre Vitor, Francisca Carneiro, Odirlei Magalhães, Paulo Roberto e Thiago Malagoli, sendo assim 9 votos favoráveis e 5 votos contrários. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** justificou o seu voto. Disse querer ver o que os veículos de imprensa falarão. Reiterou suas palavras de não se tratar de recomposição, mas sim de aumento. Disse que em breve haverá outra votação e será uma oportunidade de equiparar as duas. Disse haverem Vereadores que votam contra, mas que usufruem do que ganham . **Processo de Lei nº 339/2021(PL nº 50/2021)** – Autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis pertencentes ao patrimônio municipal que especifica (autor: Prefeito Municipal) foi aprovado por unanimidade de 11(onze) favoráveis e 3 (três) vereadores ausentes do plenário(Vereadores Carlos Alberto Silva, José Roberto e Paulo Roberto dos santos); **Processo de Lei nº 345/2021**– Concede revisão geral anual sobre a remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio/MG (autor: Mesa Diretora) – **com emenda**. A emenda foi votada, sendo 10 votos favoráveis, a saber Adriana de Paula, Carlos Alberto, Eliane Nunes, José Roberto, Leandro Caixeta, Natanael Diniz, Odirlei Magalhães, Raquel Rezende, Ricardo Antoni e Roberto Margari e 4 votos contrários, a saber Paulo Roberto, Francisca Carneiro, Professor Alexandre e Thiago Malagoli. O **Sr. Ver. Professor Alexandre Vitor** pediu a palavra. Disse querer contextualizar esta emenda com uma do ano de 2016, onde na oportunidade havia uma oposição forte de Vereadores na Câmara Municipal, ocasião em que veio um aumento de 8% como a atual, porém devolveram o Projeto

para o Prefeito e fizeram uma Emenda Modificativa para que aumentasse o valor. Disse que é possível fazerem uma alteração neste valor, visto que o IPCA Acumulado é de 10,74% e o INPC de 10,96%. Disse desconhecer o destino do dinheiro que é devolvido pela Câmara Municipal. Disse, dessa forma, ser contrário à emenda, e que pensa que tanto os servidores da Câmara Municipal quanto da Prefeitura Municipal deveriam ter um reajuste seguindo, inclusive, as correções do Salário Mínimo, que correspondem aos índices da inflação. Lembrou que em 2016, a justificativa era que estavam “ruins das pernas” e que assim não haveria recomposição, mas tendo em vista que estão aumentando os salários dos cargos comissionados acima de 33%, que agora seria a hora de recompor para o servidor este ano de 2017 em que não houve aumento. Disse que por se tratarem de Poderes Independentes o Legislativo com e o Executivo, que por ele não ter segurança jurídica, por não saber para onde vai o dinheiro devolvido, pois os requerimentos de informação são negados e é tolhida sua possibilidade fiscalizatória. Concluiu dizendo que como não há a possibilidade de dar este aumento para todos, que mantenham o aumento original que seria de 10,96% para os colaboradores da Câmara Municipal, pois quem sabe isso sensibilize o Sr. Prefeito Municipal a dar o mesmo aumento para todos os Servidores do Poder Executivo. Indagou se os Poderes serão independentes e harmônicos nesse momento. O próximo a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Paulo Roberto**. Disse ter ouvido que o aumento do IPTU será de 11%. Que houve um reajuste no estacionamento rotativo de 25%. Que a arrecadação do Município subiu de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões) para R\$440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões). Que o preço do transporte público é o mesmo que o praticado na cidade de Belo Horizonte, e que o de lá irá abaixar, e o que o nosso somente sobe de preço. Disse concordar com o Sr. Ver. Professor Alexandre que o mínimo deveria ser de 11,9%. Disse que ao se “crucificar” o Vereador, o Servidor também é impingido. Disse que há muitas coisas erradas a se mostrar, porém ninguém fala nada. O próximo a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Natanael Diniz**. Disse que a maioria da Mesa Diretora sempre pautou as suas ações pela revisão anual da inflação, que é obrigatória por lei. Leu uma reportagem que tratava do aumento conferido aos policiais. Disse que em hora nenhuma a Mesa Diretora infringiu Lei ao propor a revisão, que ela fez valer o que é direito do Servidor. O próximo a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Ricardo Antoni**. Disse saber que o Sr. Prefeito gostaria de propiciar uma revisão maior, pois ele é político. Informou que o Sr. Prefeito disse que tem filha pré-candidata, que ele a está mostrando para toda a sociedade patrocínense. Disse que é importante Administração e Gestão para poderem ter recursos. Citou a cidade de Divinópolis, onde houve uma ingerência de recursos, o que refletiu no pagamento do décimo terceiro. Disse que o aumento de 8% diante do estado financeiro que se encontra a Prefeitura de Patrocínio será em conjunto com as cestas básicas, as quais aumentaram para 9 anuais. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** pediu a palavra e disse que

havia uma confusão, que não estavam falando de Divinópolis. Disse que Patrocínio arrecada proporcionalmente mais que a cidade de Uberlândia. Disse que o Sr. Prefeito fez compromisso político de serem 12 cestas básicas por ano em 2021. Disse que a Prefeitura está arrecadando, e que tal dinheiro é do povo. Indagou o destino desse dinheiro e esse do aumento de arrecadação. O **Sr. Ver. Ricardo Antoni** pediu a palavra, disse que o dinheiro vai para o aumento dos servidores para 8%, para a Secretaria de Obras, para o maquinário, para inaugurar CRAS, Posto de Saúde em bairros, para fazer Pronto Socorro, para fazer avenidas, para fazer asfaltos, para fazer sinalização, para iluminação. Disse que seria ruim se arrecadasse e não houvesse retorno para a população. O **Sr. Ver. Paulo Roberto** pediu a palavra e rebateu alguns pontos citados pelo Sr. Ver. Ricardo Antoni. Disse que quanto ao dinheiro destinado ao Pronto-Socorro, que faltam carteirinhas de atendimento. Quanto ao asfalto, disse que a empresa é de Patos de Minas, que a mesma é dispendiosa nos gastos e que ninguém sabe quem é o proprietário. Quanto ao dinheiro destinado ao CEASPA, que suas despesas em combustível são elevadas. Que o dinheiro vai também para pagar passes da empresa de transporte coletivo local. Disse que o dinheiro “assim vai”, porém não aumentaram vagas nas creches, nem nas escolas públicas. A votação obteve unanimidade de 14 votos favoráveis. **Processo de Lei nº 346/2021**– Concede revisão geral anual sobre o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio/MG (autor: Mesa Diretora) – **com emenda** – As emendas foram aprovadas, sendo 11 favoráveis, a saber Adriana de Paula, Carlos Alberto, Eliane Nunes, Francisca Carneiro, José Roberto, Leandro Caixeta, Natanael Diniz, Odirlei Magalhães, Paulo Roberto, Raquel Rezende e Roberto Margari e 3 (três) contrários, a saber Professor Alexandre, Thiago Malagoli e Ricardo Antoni . A votação do Processo de Lei foi votado e aprovado, obtendo 9 votos favoráveis, a saber Carlos Alberto, Eliane Nunes, Francisca Carneiro, José Roberto, Leandro Caixeta, Natanael Diniz, Odirlei Magalhães, Paulo Roberto, Raquel Rezende e Roberto Margari, 3 (três) votos contrários a saber Professor Alexandre, Thiago Malagoli e Ricardo Antoni e 1 abstenção, a saber Adriana de Paula. A palavra foi concedida ao **Sr. Ver. Professor Natanael Diniz**. Destacou que o atual Poder Legislativo não é o vilão pelos altos salários públicos. Disse que se compararem com os salários de outras Câmaras Legislativas, Patrocínio possui um dos menores subsídios de parlamentares. Disse que em seu gabinete não há a prática de peculato também conhecido como “rachadinha”. Disse não ser corrupto. Disse que se quiserem falar de altos salários no Poder Público, que deveriam começar falando do Poder Judiciário. Elencou os valores dos salários dos outros Poderes – Judiciário e Executivo. Disse também que Diretores de Escola de nível 2 ganha mais que os Parlamentares. Ponderou que, para quem recebe o salário mínimo, o salário dos Vereadores não é baixo. Mas ressaltou que para exercer as funções, é aquém. Disse que usaram das redes sociais para criar *Fake News* para lhe atacar. Disse que o

orçamento público beneficia algumas áreas em detrimento de outras, como a classe dos policiais. Encerrou pedindo coerência e o fim da hipocrisia. A palavra foi concedida à **Sra. Vera. Francisca Carneiro**, que disse que lhe surpreendeu o fato das galerias da Câmara Municipal não estar lotada, que a população estaria participando presencialmente, não apenas através dos celulares. Que deveriam assumir o que foi posto na rede social. Disse que para exercer o cargo público é necessário coragem. Disse que com relação aos colegas Vereadores que concederam entrevistas na rádio. Disse que a imprensa os colocou como se os Vereadores fossem a esbórnia da cidade, como políticos desonestos. Disse que a imprensa deveria ter questionado o Sr. Prefeito quando ele usou de verbas direcionadas para o combate à Covid, a saber de R\$1.344.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil) e usou no asfaltamento; quando ele pegou R\$10.000.000,00 (dez milhões) da folha de pagamento da Saúde e pagou com o dinheiro da Covid que estava previsto no Orçamento. Indagou onde ele aplicou este dinheiro. Convidou os veículos de imprensa a buscarem estas respostas. Indagou também onde estava os R\$2.000.000,00 (dois milhões) provindos da Empresa Vale, dinheiro originado do incidente de Brumadinho, e disse que o Sr. Prefeito aplicou em asfaltamento. Disse que no CRAS e na Secretaria de Ação Social havia falta de cestas básicas. Indagou onde estava o dinheiro do FUNDEB, e informou que todas as escolas ofereceram uma cesta básica, fruto do dinheiro da merenda. Disse que um Secretário que ali esteve, na Câmara Municipal, informou que tinha mais de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil) na conta. Indagou onde estaria este dinheiro, pois em cestas básicas não estava. Disse que o Sr. Prefeito vetou a Lei de Liberdade Econômica aprovada na Câmara Municipal e proposta por um Vereador da base de governo, que a mesma incentivava os empresários a abrirem empresas e não pagarem impostos. Pediu aos veículos de imprensa que perguntassem a ele, pois tal projeto ajudaria as empresas, no período da pandemia. Disse também que a imprensa indagasse o Sr. Prefeito a respeito da Srta. Maria Clara Marra, filha do mesmo, pois segundo ela, o Sr. Ver. e líder do Governo, Ricardo Balila mesmo disse que ela é pré-candidata, ou seja, é proibida de participar de eventos públicos da prefeitura. Disse que o Sr. Prefeito a está “carregando debaixo dos braços e a apresentando para a sociedade”, isso por que os direitos políticos dele estão cassados e assim não poderá ser candidato no pleito. Disse estarem usando a máquina pública para eleger a Srta. Maria Clara Marra. A palavra foi concedida ao **Sr. Ver. Paulo Roberto**, que disse achar que o Sr. Presidente da Câmara colocou a Imprensa contra os Vereadores. Disse ter parabenizado os Srs. Vers. Eliane Nunes e Leandro Caixeta pelos seus posicionamentos. Disse que a imprensa tentou denigrar os Vereadores. Disse que a prefeitura conta com mais de 240 (duzentos e quarenta) cargos comissionados, e citou uma lista de alguns cargos e seus respectivos salários, e que a imprensa não se pronuncia, mas que ao falar dos salários dos Vereadores, há este ataque. Citou também o salário do Sr. Prefeito, que



no ano de 2016 era de R\$22.976,00 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e seis) e que hoje é de R\$27.025,00 (vinte e sete mil e vinte e cinco reais), porém ninguém fala nada, enquanto o salário do Vereador em 2016 era de R\$7.699,00 (sete mil, seiscentos e noventa e nove) e hoje é de de R\$7.826,00 (sete mil, oitocentos e vinte e seis). Disse haver assessores que ganham R\$8.122,00 (oito mil, cento e vinte e dois), e indagou qual era a explicação. Pediu que a Imprensa indagasse isso ao Sr. Presidente da Câmara. Disse que o trabalho do Vereador é exaustivo, que há muitas cobranças e perseguições. Disse que outros Vereadores não passam por isso, que as famílias tem cargos. Disse querer saber, com exceção do Sr. Ver. Thiago Malagoli, que crê que apesar de seu voto contrário será coerente e o dinheiro recebido por esta aprovação, será doado, mas os outros, se terão coragem de doar ou se receberão “calados”. Disse que não tem nenhum cargo dentro da Administração, que sua família é perseguida, e que faz cumprir seu mandato de fiscalizar. Disse que não são eles, os Vereadores que votaram a favor do aumento, os “vilões dessa história”. Disse que é a favor que o Sr. Prefeito mande um projeto abaixando o salário do primeiro escalão da Prefeitura e dos Vereadores, que votará a favor. Indagou o porquê de apenas os 15 Vereadores da Câmara Municipal arcam com a negativa opinião da população. Disse que o Sr. Presidente da Câmara, Valtinho do Jandaia, desrespeitou os colegas, ao se posicionar contra, sem nem mesmo ter havido apresentado o Projeto. O próximo Vereador a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Ricardo Balila**, que se dirigiu à Sra. Vera. Francisca Carneiro dizendo que ela coloca o Prefeito, pelo crime de assassinato cometido contra o filho da Sra. Vera Francisca Carneiro realizado pelo irmão e ex-secretário de Obras, como sendo dele a responsabilidade. Disse que fora o irmão do Sr. Prefeito que cometeu a ação. Disse da necessidade dela separar ambos. Disse que não é função da Câmara envolver estas questões. Concordou com os questionamentos levantados por ela dos valores dos recursos chegados e que não foram designados, citando o de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos), dizendo que existe o Ministério Público que ela pode recorrer, tal como o dos R\$10.000.000,00 (dez milhões). Disse que se de fato o Sr. Prefeito está cassado, que ela busque o processo e apresente à sociedade patrocínense. Mas disse que isso não corresponde à realidade, que o Sr. Prefeito Municipal não está cassado, pois caso estivesse ele não estaria administrando a cidade. Pediu que o trabalho da Câmara Municipal seja focado em Projetos, em Leis, pois isso beneficiará a população de Patrocínio. O próximo a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Leandro Caixeta**. Disse da sua presença, juntamente com a Sra. Vera. Eliane Nunes, na rádio. Distinguiu ajustes, que são embasados na inflação, com aumento. Disse a Constituição Federal os ampara nesse tema. Disse que foram desmoralizados como parlamentares, que havia sítios eletrônicos os denigrando, onde se incentivavam boicotar os seus comércios. Disse da necessidade de haver um respeito entre os colegas. Disse que não utiliza da máquina pública, que seus familiares não tem emprego no alto escalão. O próximo a pedir a palavra

foi o **Sr. Ver. Roberto Margari**. Disse que espalhavam mentiras a respeito dos salários dos Vereadores e dos Servidores Públicos. Disse que o seu trabalho é em tempo integral, e que o aumento é comum a todos os servidores, de 8%. Disse que hoje era uma oportunidade de os Vereadores se expressarem, o que não ocorreu na última reunião. O próximo a fazer o uso da palavra foi o **Sr. Ver. Thiago Malagoli**. Disse que estavam pretendendo achar um culpado, e este no caso seria a Imprensa, e pediu respeito aos mesmos. Disse que a sociedade não é contra o aumento, e que o mesmo é devido de acordo com o mérito, e que pensa que aos olhos da sociedade, a Câmara não está cumprindo a sua função, que entendem que existe na Câmara um espaço para barganhas e obtenção de cargos. Que os Vereadores não fiscalizam. Disse que quem precisa mudar esta opinião e este sentimento da sociedade são os Vereadores. Exaltou a gestão do Executivo atual. Disse que respeita os posicionamentos contrários ao seu, mas disse que a opinião pública sobre a Câmara Municipal é ela mesma que tem que mudar, convencendo a população de que desempenham um bom trabalho. O próximo a pedir a palavra foi o **Sr. Ver. Carlos Alberto**. Lembrou que faz 5 anos que não há um reajuste, e destacou que nenhum gabinete fica fechado, sem ajudar a população, que servem a população. Disse que atendem a todos, cada um da sua maneira. Disse do seu sentimento, que foram tratados de maneira negativa esses dias, julgados por todos os problemas nacionais. Pediu respeito, principalmente com relação ao Sr. Presidente. Disse que se tratava de um reajuste, não de um aumento. Que o valor é basicamente revertido à sociedade. O Sr. Ver. Natanael Diniz pediu a palavra e indagou o porquê o Poder Legislativo no Brasil está em descrédito. Disse que há uma cobrança maior sobre esse grupo. Indagou por que a população não cobra tanto do Poder Executivo, não somente do Prefeito, mas dos Secretários, assessores, gabinete. Disse usaram *Fake News* para denegrir a imagem deles. Disse que essa revisão deveria acontecer anualmente. Disse que os seus subsídios ajudam inclusive formatura de escolas. Disse que representa a sociedade e as causas que o fizeram eleger. A palavra foi conferida ao **Sr. Ver. Odirlei Magalhães**. Disse que o Vereador é uma figura mais exposta, ele que tem o contato direto com a população, e que houve um desgaste devido a este imbróglio dos reajustes. Disse que o Sr. Presidente da Câmara é o guardião do ordenamento, e que a ordem foi quebrada. Disse que o Presidente também é o responsável para conduzir o processo legislativo, para que o mesmo transcorra. Que cada Vereador coloque a sua posição, e que o eleitor do outro lado, avalie e faça jus de valor. Disse que ninguém é dono da verdade. Que há necessidade de estar disponível este espaço e que o eleitor tire as suas conclusões. Pediu ao Sr. Presidente que mantenha o ambiente saudável de debates e valorize o parlamento. Disse achar importante outros meios de acesso do cidadão às reuniões da Câmara, como a *Rádio Web*, que isso valorizaria mais o trabalho do Vereador. Justificou também o seu voto contrário a respeito da criação de mais dois cargos de Secretário, e da majoração dos salários



dos Vereadores, disse não ser contra, mas que há necessidade de discutir o macro, pois no final tudo se trata de dinheiro público, tanto em relação ao Executivo quanto ao Legislativo, pois tudo é derivado do dinheiro público do contribuinte, e isso que mantém a máquina pública funcionando. Questionou os aumentos dos servidores do IPSEM, onde o aumento de dois servidores equivaleria a de todos os 15 Vereadores. Disse concordar em partes com os pontos levantados pelo Vereador Thiago Malagoli. Disse pensar que esse aumento deveria ser corrigido anualmente. Indagou o porquê do salário do Vereador não poder ser igual ao dos Secretários Municipais. Em seguida o **Sr. Presidente da Câmara, Valtinho do Jandaia**, disse que faltou de fato um diálogo com a Mesa Diretora, e por isso pedia perdão a todos os Vereadores pelo acontecido. Disse que para fazer uma Câmara Municipal forte, é preciso o empenho de todos. A palavra foi concedida ao **Sr. Ver. Alexandre Vitor**, que apontou que existe em todos os municípios de nossa região uma equalização. Disse ter pesquisado em Serra do Salitre, Guimarães, Cruzeiro da Fortaleza, Iraí de Minas, Araxá. Disse que condicionava sua assinatura àquele documento com a volta das reuniões noturnas e que se apresentasse as emendas impositivas. Disse não entender o medo em relação às emendas impositivas, pois ela torna o trabalho do Poder Legislativo algo autônomo, sem importar se é oposição ou situação, onde ao invés de devolver o dinheiro residual do orçamento anual da Câmara Municipal para a Prefeitura, teria direito de direcionar o mesmo. Exemplificou o trabalho do Sr. Ver. Thiago Malagoli em prol do hospital do Câncer, e disse que se existisse essa emenda impositiva, o Vereador poderia direcionar valores. Disse que podem fazer sempre uma revisão com o instituto.

Processo de Lei nº 360/2021 (54/2021) – Concede vale cestas básicas (cartões) ao funcionalismo público municipal e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal) – Aprovado por unanimidade, 12 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Leandro Caixeta e Carlos Alberto . Palavra foi concedida ao **Sr. Ver. Paulo Roberto**. Disse que através da insistência dos Vereadores que estas ações se concretizam. Que a promessa era de 12 cestas básicas. Cobrou também o pagamento em atraso da arbitragem dos eventos de futebol. O **Sr. Presidente da Câmara** informou que procurou informações com o setor Jurídico da Prefeitura por 3 vezes, e lhe foi respondido que há um processo em curso contra a liga, e que estão aguardando. O **Sr. Paulo Roberto** disse que é possível repassar o dinheiro diretamente para o instituto dos árbitros, que eles podem receber por lá. O **Sr. Ver. Odirlei Magalhães** pediu a palavra. Disse que em conversa com o Sr. Prefeito, e em consonância com a ampliação do número de cestas básicas, sugeriu a criação do vale feira do produtor, um cartão exclusivo para as feiras do Produtor e feira Livre. Disse que possam fazer um trabalho para que os feirantes possam, através de seus dispositivos de cartão, admitir realizar vendas para os vale-alimentação da Prefeitura e da Câmara Municipal. O **Sr. Ver. Thiago Malagoli** pediu a palavra. Parabenizou pelo aumento do número das cestas básicas. Disse que não foi possível

fornecer as doze cestas, tendo em vista a lei que o Presidente da República, Lei Complementar nº 173/2020, que diz que não pode haver aumento de salário, reajuste, cesta básica, gratificação, até a data de 31 de Dezembro. Disse que quem redigiu a Lei no Executivo foi infeliz em sua redação. Disse que o projeto das cestas básicas teve a participação fundamental da Câmara Municipal, mas que na redação final ficaram suprimidos estes esforços. Exigiu respeito ao Legislativo, que os Vereadores fiquem atentos e que reajam, não permitindo distorções ou alterações irrazoáveis como estas. **Processo de Lei nº 361/2021 (55/2021)** – Concede reajuste na remuneração dos servidores municipais e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal) – Aprovado por unanimidade, 13 votos favoráveis, ausente o Vereador Roberto Margari. A palavra foi conferida ao **Sr. Ver. Natanael Diniz**. Disse ser importante uma revisão no valor das cestas básicas, pois o atual não atende satisfatoriamente. Disse também sobre a necessidade de aprimorar o Plano de Carreiras dos Servidores Públicos. **Processo de Lei nº 364/2021** – concede auxílio-alimentação aos servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio (autor: Mesa Diretora)- Aprovado por unanimidade, 11 votos favoráveis, ausente os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto e Natanael Diniz. **Processo de Lei nº 336/2021** – Denomina de ‘Milton Azevedo Filho, a ponte que interliga os bairros Cidade Jardim e Martim Gallego sobre a Avenida Jorge Elias Abrão, no município de Patrocínio (autor: Ver. Ricardo Balila)- Aprovado por unanimidade, 9 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Alexandre Vitor, José Roberto, Paulo Roberto e Natanael Diniz. **Processo de Lei nº 339/2021(PL nº 50/2021)** – Autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis pertencentes ao patrimônio municipal que especifica (autor: Prefeito Municipal) - Aprovado por unanimidade, 11 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto e José Roberto. **Processo de Lei nº 347/2021**– Denomina de Salvador Nunes da Silva, (Caixeta) – o espaço público que especifica e dá outras providências (autora: Vereadora Eliane Nunes)- Aprovado por unanimidade, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Thiago Malagoli e José Roberto. **Processo de Lei nº 358/2021** – Denomina de “Maria Margarida de Oliveira” a cantina da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio. (autora: Ver. Adriana de Paula)- Aprovado por unanimidade, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Thiago Malagoli e José Roberto. **Processo de Lei nº 359/2021** – Denomina de “Aparecido Augusto de Souza - Cidão” a oficina da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Patrocínio. (autora: Ver. Adriana de Paula) - Aprovado por unanimidade, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Thiago Malagoli e José Roberto **Processo de Lei nº 362/2021 (52/2021)** – Dispõe sobre a autorização de dispensa de chamamento público para conceder subvenção à instituição HJ VIVER – de apoio as pessoas com câncer – objetivando o atendimento na área social e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal)- A

votação foi nominal. Adriana de Paula votou favorável; Professor Alexandre votou favorável, e solicitou que constasse em ata que todos os processos de subvenção que foram aprovados nessa Casa nos últimos 5 anos, são parcelados em 6 ou 10 vezes, e quando é de algumas instituições específicas, principalmente quando tem algumas pessoas na gerência, vem em pagamento único. Disse que a causa é muito relevante, e ainda que fosse 10 vezes superior este valor, que ainda assim votaria favorável. Eliane Nunes votou favorável; Francisca Carneiro favorável; Leandro Caixeta favorável; Professor Natanael Diniz votou favorável; Odirlei Magalhães favorável; Raquel Rezende favorável; Ricardo Balila favorável; Roberto Margari favorável. Foram, assim, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Thiago Malagoli e José Roberto. **Processo de Lei nº 363/2021 (56/2021)** – Autoriza rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, entre os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino do Município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal)- A palavra foi conferida ao **Sr. Ver. Natanael Diniz**. Disse que foi o primeiro vereador na Casa a falar sobre o rateio dos recursos do FUNDEB. Disse que manteve diversas conversas e realizou diversas visitas ao Setor Jurídico, na figura do Dr. Anderson Aprígio; ao Sr. Prefeito Municipal; visita ao Sr. José Geraldo “Maninho”, no setor contábil da Prefeitura. Disse que houve uma alteração do FUNDEB decorrente de uma lei do Congresso Nacional, a lei nº14.113/2020, onde o fundo passou de 60% para 70%. Disse que por estarem em pandemia, com aulas online, que naturalmente sobriam recursos. Fez um agradecimento ao Sr. Prefeito por estar encaminhando o Projeto, e disse imaginar que ao fazê-lo é um sinal de que hajam sobras. Disse acreditar que será realizado esse pagamento. Cobrou o Sr. Governador Romeu Zema para que o mesmo proceda o pagamento do FUNDEB, pois é um direito do profissional da Educação. Disse que se fosse pagar hoje, mais de 680 funcionários da Educação teriam direito a receber este rateio. Disse saber que este recurso ajudará não só o profissional, mas toda a economia da cidade. Disse que caso haja sanção do Sr. Presidente da República, as serventes escolares também terão direito a receber este rateio. Lembrou que o último rateio ocorrido foi na gestão do Sr. Prefeito Betinho. Disse, por fim, se tratar de um respeito com o dinheiro público. A palavra foi conferida à **Sra. Vera. Eliane Nunes**. Disse receberem estas reivindicações dos profissionais da educação. Disse estar confiante. Cobrou também o FUNDEB estadual. A palavra foi conferida ao **Sr. Ver. Professor Alexandre Vitor**. Disse da importância de unidade, que a luta é conjunta. Disse que parabenizará o Sr. Prefeito apenas quando houver o pagamento. Disse que o gasto mínimo com servidores, principalmente do magistério, passa de 60% para 70%. Disse que automaticamente existe uma lacuna que teoricamente teriam sobras, visto que não houve aumento substancial. Disse que existe uma brecha na legislação, que fala que 10% pode ser reprogramado para o ano seguinte.

Disse que as unidades escolares voltaram a funcionar em meados de Maio, e que nesses primeiros meses não houve a contratação de praticamente ninguém, e que foi no mês de Agosto que passaram de fato a haver contratações. Disse também que a tabela de repasses é uma tabela fixa, e assim já sabe o valor a ser pago até o dia 31 de Dezembro. Disse confiar que em Patrocínio não haverá calote. Disse que interpelam os Vereadores crendo que eles sabem os valores, o que não procede. A palavra foi conferida ao **Sr. Ver. Natanael Diniz** fez *mea-culpa*, disse que de fato é importante a unidade, e reconheceu os esforços nessa causa do colega Vereador Professor Alexandre. Disse crer que haverá sobras, que não haverá o calote, mas caso esta ocorra, que repensará o seu apoio parlamentar dentro da Casa. Disse possuírem pareceres do Tribunal de Contas do Estado que garantiram que em Patrocínio teve sobras de recursos. A votação obteve unanimidade, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Ricardo Antoni e José Roberto dos Santos . **Processo de Lei nº 365/2021**– Denomina de Maria Abadia de Paula o complexo esportivo construído na Praça Honorico Alves Nunes localizada na Av. Jacinto Barbosa com a Av. João Alves do Nascimento, no Município de Patrocínio (autor: Ver. Ricardo Balila) – Aprovado por unanimidade, 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Ricardo Antoni e José Roberto. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA.** O Sr. Presidente solicitou que fossem votadas em bloco as Indicações e Moções de Aplauso. A solicitação de votação em bloco foi aprovado por unanimidade com 10 votos favoráveis, ausentes os Vereadores Carlos Alberto, Paulo Roberto, Ricardo Antoni e José Roberto. **INDICAÇÕES e encaminhadas ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal:** Do **Sr. Vereador Prof. Natanael a de nº 1118/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, que faça um retorno no cruzamento da Avenida Pedro Marra com a Rua Geraldo Afonso de Castro, no Bairro Jardim Sul, devido ao alto número de acidentes no local; do **Sr. Vereador Ricardo Balila as de nº 1119/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que seja realizado o Natal dos Moradores de Rua, onde possa ser feito uma ceia de natal no abrigo em que eles dormem, se possível com músicas, comidas, orações e também que possam colocar enfeites natalinos nos locais em que eles ficam; **nº 1120/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Agricultura, que plante mudas no pé da Serra do Bairro Belvedere; **nº 1121/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que realize um dia de lazer para os miliares e seus familiares; **nº 1122/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Saúde, que realize o Dia D da saúde para a nossa Polícia Militar; **nº 1129/2021** – solicitando que seja concedido reajuste aos servidores públicos municipais de 13% em 2022; **nº 1131/2021** – solicitando que busque recursos junto ao Governo Estadual ou que faça com recursos próprios do Governo Municipal a duplicação da entrada da cidade, do trevo do “Enxó” (na MG-230) até a rotatória do Posto Econômico

Patrocínios



(cruzamento entre a MG-230 e a Avenida Faria Pereira); Da Sra. **Vereadora Eliane Nunes as de nº 1123/2021** – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e ao Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, a abertura de um retorno na Avenida Faria Pereira em algum lugar entre a Rua Osório Afonso e Rua Elias Alves da Cunha, ou que seja realizado um estudo para que o semáforo passe a ter três tempos, permitindo o retorno na Rua Joaquim Carlos dos Santos; **nº 1124/2021** - solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a abertura e o asfaltamento de um retorno/acesso na Avenida Radialista Pedro Alves do Nascimento, entre a Rua Alírio Afonso Vieira e Avenida Odir Aleixo; **nº 1125/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que ofereça oficinas artísticas durante o período de férias; **nº 1126/2021** – solicitando juntamente Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e ao Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, a abertura da rua entre a Rua Rio Branco e a Rua Marechal Floriano, na altura da estação da CEMIG; **nº 1132/2021** – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a continuação da abertura da Av. Rússia, a fim de ligar os Bairros Serra Negra, Jardim Europa e Nações ao Bairro Carajás; Do Sr. **Vereador Thiago Malagoli as de nº 1127/2021** – solicitando que avalie a possibilidade de reconstruir a rampa de acesso ao passeio do portão da Escola Municipal Joaquim Dias; **nº 1128/2021** – solicitando que realize reforma do Salão Comunitário na localidade rural de Tejuco; **nº 1130/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, que analise a possibilidade de instalar um redutor de velocidade na Rua Valter Amaral, próximo à UBS do povoado de São Benedito; **nº 1133/2021** – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, analise a possibilidade de instalação de um redutor de velocidade na Rua Dário José Alfredo, em frente à igreja católica do povoado de São Benedito; do Sr. **Vereador Paulo Roberto dos Santos – Panxita as de nº 1134/2021** – solicitando que ao decretar o recesso de fim de ano do serviço público municipal, conceda aos servidores da saúde além do dia 24, véspera de natal, folga também no dia 23 de dezembro; Do Sr. **Vereador Leandro Caixeta a de nº 1135/2021** – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, e ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que providencie a instalação de um quebra-molas/lombada como redutor de velocidade na Alameda dos Ipês, próximo ao número 3633, esquina com a Alameda das Aroeiras, no Bairro Morada Nova. O Sr. Ver. Professor Alexandre solicitou que constasse em ata um questionamento, disse que infelizmente, por mais um ano consecutivo, as colaboradoras grávidas que prestam serviços para o Município foram dispensadas no dia 17 de Dezembro. Disse não ter sido autorizado por nenhuma delas a falar, disse inclusive não conhecê-las pessoalmente Disse que o mesmo aconteceu no ano passado, e que agora se repete. Disse que isso não pode

acontecer, que esta questão não pode ser naturalizada, que é importante cobrar isso. Lembrou que existe Lei Federal que as garante, onde nenhum patrão pode demiti-las nestas condições. Indagou por que estas pessoas tem tanto medo e nem permitem falar sobre o assunto. Disse que elas têm medo de depois não retornar no contrato de trabalho, quando tudo vencer. Disse que é uma prática que nunca existiu, inclusive nos 3 primeiros anos do atual Prefeito. Indagou por que no ano passado e este ano isso tem se tornado uma prática. Disse que estas pessoas não terão coragem de entrar na justiça, de requerer um direito, pois sabem que depois as portas irão se fechar, pois infelizmente no Município sempre foi assim. Pediu que repensem esta situação, pois as gestantes tem direitos constitucionais, e o Estado deve cumprir isso. Ao Governador do Estado, Sr. Romeu Zema, disse que já foi comprovado pela Deputada Estadual Beatriz Cerqueira e pela maioria da Câmara Legislativa que o valor que os profissionais de educação tem para receber pelo rateio do FUNDEB. Pediu que se sensibilizem com esta situação e as Moções de Aplauso da Sra. **Vereadora Eliane Nunes as de nº 207/2021** – a Wesley Aparecido da Silva, escritor patrocínense e autor do livro Wesley e suas histórias; **nº 209/2021** – à atleta de Voleibol Lara Gabriele Rodrigues Almeida, por ser uma atleta patrocínense quem vem se destacando no cenário do vôlei nacional; **nº 210/2021** – à atleta de Voleibol Isabella Cristina de Paula Grossi, por ser uma atleta patrocínense quem vem se destacando no cenário do vôlei nacional; **nº 211/2021** – ao atleta de Futebol Álvaro de Souza Leão Teixeira, por ser um atleta patrocínense quem vem se destacando no cenário do futebol nacional; **nº 212/2021** – a Amanda Martins por ser a primeira e atual Rainha do Café a ser aclamada no Miss Patrocínio Café; **nº 213/2021** – Andressa Ap. Nunes Vieira, pelo trabalho desenvolvido na promoção de eventos culturais, esportivos e atividades ambientais em Patrocínio; Do Sr. **Vereador Thiago Malagoli nº 208/2021** – ao empresário Sr. Roberto Queiroz Nascimento, pela próxima comemoração de 50 anos do Grupo Moto Minas; Do Sr. **Vereador Valtinho nº 214/2021** – ao Dr. Carlos Alberto Pinto, pelos 50 anos de exercício da Medicina e por sua dedicação à cidade de Patrocínio e região. O Sr. Ver. **Professor Alexandre Vitor** pediu que o seu Requerimento de Informação de N°14/2021, fosse realocado para a próxima Reunião Ordinária de 2022, devido o tempo extenso da presente reunião, a qual de imediato foi deferida. Foi verificada presença dos Vereadores na segunda chamada: O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um.

Lucas Favalli Barbosa Viana